16:34 67%

Celular ilegal já representa 25% do mercado

Volume de aparelhos vendidos ilegalmente viu sua fatia mais do que dobrar de um ano para o outro.
Em 2022, eles respondiam por 10% do total. Pesquisa indica que governo deixa de arrecadar R$ 4 bilhões

HYNDARA FREITAS
hyndara.freitas@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

O volume de celulares vendidos ilegalmente atingiu 25% do mercado no último trimestre de 2023, segundo pesquisa divulgada pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) e feita pela IDC, consultoria que pesquisa hábitos de consumo.

Os aparelhos considerados ilegais são aqueles frutos de contrabando e roubo, que não possuem registro na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), garantia dos fabricantes e que não passaram por testes de segurança.

Segundo a Abinee, a venda de celulares irregulares dobrou em apenas um ano: passou de 10% em 2022 para 25% no fim do ano passado, um total de 6,2 milhões de unidades vendidas no país.

VENDA EM MARKETPLACES

O levantamento revela que a maior parte dos aparelhos é vendida em grandes marketplaces, plataformas que funcionam como um shopping on-line, mas cuja venda é de responsabilidade do vendedor independente. Geralmente, o preço de um celular contrabandeado nessas lojas é cerca de 38% menor do que um smartphone vendido nas lojas tributadores oficiais. Vendas de celulares irregulares são mais comuns entre aparelhos de valor menor.

Humberto Barbato, presidente da Abinee, diz que o número vem crescendo e "nada mudou" nos marketplaces, que não adotaram medidas para coibir a comercialização de smartphones ilegais. Entretanto, aponta que o consumidor pode adotar medidas para verificar se está comprando um celular oficial ou não.

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL

Oferta. Aparelhos irregulares podem ser roubados ou contrabandeados

— Pode entrar nos maiores marketplaces, os anúncios na sua grande maioria são aqueles versão global. O carregador geralmente é padrão europeu e colocam Anatel como "não aplicável."

Os marketplaces continuam ofertando de forma ostensiva. Você vê o telefone 40% mais barato — aponta, acrescentando: — No Reclame Aqui, há uma enxurrada de reclamações. Mas se não houver nenhuma medida efetiva rápida, esses números vão chegar a 30%, 40% e inviabilizar o mercado oficial. E todos perdem.

RESPONSABILIDADE

Segundo Barbato, a entidade calcula que o governo federal deixará de arrecadar R$ 4 bilhões em impostos federais por causa dessa venda de celulares ilegais, enquanto o estado de São Paulo deve perder R$ 1 bilhão de ICMS.

Barbato ainda aponta a importância das ações das polícias Civil e Federal e da Receita Federal na apreensão de aparelhos contrabandeados, mas que isso não tem sido suficiente.

Luiz Claudio Carneiro, diretor de dispositivos móveis de comunicação da Abinee, afirmou que a entidade fez entrevistas com a Anatel e com os marketplaces, mas não se chegou a uma solução. Ele defende que o Congresso Nacional crie uma lei para definir a responsabilidade solidária destas empresas, para que fiscalizem o que é vendido pelas pequenas varejistas hospedadas em suas lojas?

— Na pandemia, mudamos bastante o padrão de consumo, que foi para o ambiente digital, e isso se consolidou. O que viabilizou esse aumento gigante é a facilidade de comprar um telefone irregular numa plataforma digital.

Eletrobras

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
CNPJ/MF nº 00.001.180/0001-26 - NIRE 53.3.0000026-9

Edital de Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª (Terceira) e 4ª (Quarta) Séries da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie Quirografária, em 4 (quatro) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Por este edital, ficam convocados os senhores titulares das debêntures da terceira série em circulação e das debêntures da quarta série em circulação (em conjunto, "Debenturistas") da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 4 (quatro) séries, para distribuição pública, com esforços restritos, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras ("Emissão" "Debêntures" e "Emissora", respectivamente), emitidas nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 4 (Quatro) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras"*, celebrado em 25 de abril de 2019, entre a Emissora e a VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), conforme aditado ("Escritura de Emissão") para se reunirem separadamente entre as respectivas séries, em segunda convocação, no dia 3 de abril de 2024, (i) às 15:30 horas, para as debêntures da terceira série em circulação; e (ii) às 17:30 horas, para as debêntures da quarta série em circulação, em Assembleias Gerais de Debenturistas ("AGDs"), a serem realizadas de moco exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de realização de voto a distância previamente à realização das AGDs, através da plataforma "Microsoft Teams" nos termos do artigo 71, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para deliberarem sobre as seguintes **ORDENS DO DIA**: (I) autorização para que, exclusivamente durante os seguintes períodos: (i) para as Debêntures da Terceira Série (conforme definido na Escritura de Emissão), o período entre a data de aprovação do presente pleito e a respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de novembro de 2025; e (ii) para as Debêntures da Quarta Série (conforme definido na Escritura de Emissão), o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de novembro de 2026, os efeitos, nos termos do item (ii) da Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão sejam suspensos, de moco que as seguintes operações possam ser realizadas e não configurem Evento de inadimplemento – Vencimento Antecipado Automático (o período mencionado neste item se refere à data de celebração dos contratos das operações previstas neste item, ainda que o fechamento seja consumado após tal período): (i) quaisquer operações de cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo quaisquer das Subsidiárias Relevantes; (ii) operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária entre acionistas do grupo econômico da Emissora, o qual inclui a Emissora, as Controladas (conforme definição de controle previsto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) diretas e indiretas da Emissora e todas e quaisquer sociedades nas quais a Emissora possua participação societária, direta ou indiretamente, independente de deter Controle ("Grupo Econômico") incluindo incorporação pela Emissora de qualquer Subsidiária Relevante ou outras controladas ou investidas da Emissora; (iii) operações fora do Grupo Econômico da Emissora (1) que tenham o seguinte resultado (x) a sociedade decorrente da referida reorganização societária, ou envolvida na referida reorganização societária, seja ou venha a ser controlada ou investida direta ou indiretamente pela Emissora, ou a companhia resultante da referida operação venha a ser a própria Emissora, sendo, inclusive, permitido o investimento via aporte de ativos pela Emissora no âmbito da constituição de uma joint venture e cumulativamente e (y) as demais partes envolvidas na referida operação não sejam Pessoas Sancionadas (conforme definido na Escritura de Emissão); ou (2) que sejam operações de incorporação, fusão, cisão ou outra forma de reorganização de sociedade cuja não resultem a perda das Emissora de participações societárias ou ativos que representem um valor individual ou agregado, em montante superior a 20% (vinte por cento) do ativo total consolidado da Emissora, tomando como base as últimas demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas pela Emissora à época da respectiva operação (observado que as operações celebradas nos termos dos itens (1) e (2) acima, ou outras que venham a ser autorizadas previamente pelos Debenturistas, não serão computados para fins de verificação do montante autorizado neste item (3)); (3) autorização, de moco que os efeitos, nos termos da cláusula 5.2. alínea (i) item (iii) da Escritura de Emissão, sejam suspensos, para que, exclusivamente durante os seguintes períodos: (i) para as Debêntures da Terceira Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de novembro de 2025; e (ii) para as Debêntures da Quarta Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de novembro de 2026, as seguintes operações de venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação de bens e ativos, inclusive de participações societárias, celebradas pela Emissora ou por Subsidiárias Relevantes, possam ser realizadas e não configurem Evento de Inadimplemento – Vencimento Antecipado Automático (o período mencionado neste item se refere à data de celebração dos contratos das operações previstas neste item, ainda que o fechamento seja consumado após tal período): (i) operações em que o referido bem seja, ativo (inclusive participações societárias) seja vendido, cedido, locado ou alienado para uma sociedade controlada ou investida direta ou indiretamente pela Emissora (inclusive aportes de ativos no âmbito de constituição de uma joint venture pela Emissora ou por Subsidiárias Relevantes); (ii) operações de venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação de bens e ativos, inclusive de participações societárias, celebradas por Subsidiárias Relevantes que representem menos de 20% (vinte por cento) do ativo consolidado da Emissora, conforme últimas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora; (iii) operações com as seguintes características: (a) que 75% (setenta e cinco por cento) ou mais dos recursos líquidos originários da referida operação forem empregados na amortização e/ou quitação (incluindo por meio de cação em pagamento), de dívidas da Emissora e/ou das Subsidiárias Relevantes, desde que o pagamento antecipado à seja autorizado pelos respectivos instrumentos das dívidas, ou de outros passos em aberto, inclusive aqueles decorrentes de decisões administrativas, arbitrais ou judiciais (ou acordos ou transações), ou depositados em conta vinculada destinada ao pagamento de tais obrigações, em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos do efetivo recebimento dos recursos financeiros pela respectiva entidade e, no reembolso ou ressarcimento de dívidas que tenham sido pagas com recursos próprios da Emissora e/ou das Subsidiárias Relevantes, e; (b) que a referida operação resulte em desoneração de garantias prestadas pela Emissora e/ou por Subsidiárias Relevantes, no âmbito de obrigações contraídas pelas sociedades objeto da venda, cessão, locação ou alienação, em valor equivalente a pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos recursos líquidos originários da referida operação; (iv) operações nas quais os recursos da venda tenham destinados para aquisição de ou investimento em, novos ativos que tenham, no mínimo, a mesma representatividade dos ativos vendidos, cedidos, locados ou alienados no momento da compra; (v) operações em que o referido bem seja, ativo (inclusive participações societárias) seja locado ou arrendado para terceiros no curso ordinários dos negócios da Emissora e/ou das Subsidiárias Relevantes, incluindo operações de arrendamento de plantas; (vi) nas demais hipóteses que não aquelas previstas em qualquer das itens "(i)" a "(v)" retro, desde que, em conjunto ou individualmente, tais operações representem um valor, individual ou agregado, em montante equivalente ou inferior a 20% (vinte por cento) do ativo total consolidado da Emissora, tomando como base as últimas demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas pela Emissora à época da respectiva operação; (4) autorização para que, exclusivamente durante os seguintes períodos: (i) para as Debêntures da Terceira Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de novembro de 2025; e (ii) para as Debêntures da Quarta Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de novembro de 2026, os efeitos do cláusula sejam suspensos, de moco que a Emissora possa honrar quaisquer garantias fidejussórias prestadas e aportar capital em subsidiárias, sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (coletas ou indiretas) e/ou sociedades sob controle comum pela Emissora no contexto de solicitações de aporte de capital exigidas por credores das referidas sociedades, nas circunstâncias descritas na referida cláusula, sem que tais hipóteses sejam consideradas Eventos de Inadimplemento do Não cumprimento das obrigações nos termos da cláusula 5.3, alínea (d), item (i) da Escritura de Emissão; (5) autorização, de moco que os efeitos, nos termos da cláusula 5.2, alínea (d), item (ii) da Escritura de Emissão, sejam suspensos, para que, exclusivamente durante os seguintes períodos: (i) para as Debêntures da Terceira Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de novembro de 2025; e (ii) para as Debêntures da Quarta Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de novembro de 2026, as seguintes garantias possam ser prestadas ou ser constituídas, e não configurem Evento de inadimplemento – Vencimento Antecipado Automático (o período mencionado neste item se refere à data de celebração dos contratos das operações previstas neste item, ainda que o fechamento seja consumado após tal período): (i) constituição, pelas Subsidiárias Relevantes da Emissora, de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, ou, ainda, garantias fidejussórias, ainda que sob condição suspensiva e independente do valor; (ii) outorga, pela Emissora, a qualquer tempo, de quaisquer garantias fidejussórias em favor de terceiros sobre quaisquer ativos em valor, individual ou agregado, inferior a 10% (dez por cento) do EBITDA Ajustado da Emissora tomando como base as últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e disponibilizadas pela Emissora, ou seu equivalente em outras moedas, tem como: (A) as garantias atualmente existentes e suas eventuais renovações e/ou prorrogações; (B) as garantias constituídas no âmbito de processos judiciais ou administrativos; (C) as garantias prestadas pela Emissora (1) em favor de suas controladas ou outras investidas ou (2) em favor da Eletronuclear sem ambos os casos deste item "(c)" na proporção do capital votante detido pela Emissora na referida controlada ou investida ou na Eletronuclear, conforme o caso); (D) garantias atualmente existentes e suas eventuais renovações e/ou prorrogações, ou as garantias que sob condição suspensiva e independente do valor, (a) outorga, pela Emissora, a qualquer tempo, de quaisquer garantias fidejussórias em favor de terceiros sobre quaisquer ativos em valor, individual ou agregado, inferior a 10% (dez por cento) do EBITDA Ajustado da Emissora tomando como base as últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e disponibilizadas pela Emissora, ou seu equivalente em outras moedas, tem como: (A) as